

PRÁTICA EDUCATIVA E CONSCIÊNCIA DO CAMPESINATO:

Uma contribuição ao Estudo da Educação Popular,
realizada nas Comunidades de Base *

Prof.^a Maria Nobre Damasceno — UFC

1. PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

O ponto de partida do presente trabalho é a compreensão da educação como uma prática histórica e social que se liga diretamente, quer às condições materiais de existência, quer à realidade subjetiva — o modo de pensar e as concepções do mundo do grupo social onde a mesma se realiza. Isso ocorre porque os grupos humanos não produzem apenas a vida material, mas ao fazê-lo, elaboram ao mesmo tempo, um conjunto de idéias, de representações que se vinculam às condições de existência; e mais ainda, a produção não material de um grupo pode levá-lo a ultrapassar as condições de existência e contribuir para a transformação da realidade objetiva. (1)

Na raiz desse nosso modo de entender a educação como uma prática profundamente articulada aos fatos fundamentais que constituem o cerne da sociedade, quais sejam a produção, a reprodução e a transformação social, tanto quanto o respaldo teórico, têm pesado a convivência e a reflexão envolvendo a realidade de grupos populares, notadamente os camponeses.

A convivência com a realidade concreta do camponês cearen-

* Este trabalho é uma síntese da Tese de Doutorado da autora e foi apresentado no V Encontro de Pesquisa em Educação no Nordeste, realizado em Natal, dos dias 16 a 19 de abril de 1985.

(1) Este fato é reconhecido por K. Marx na sua terceira Tese sobre Feuerbach e posteriormente retomado e aprofundado por A. Gramsci, ver *Concepção dialética da história e Os Intelectuais e a Organização da Cultura* ambos da Civ. Brasileira, 1978.

se, realizada através de pesquisa no meio rural, (2) ou de contato com representantes de cerca de oitenta comunidades de base da área de influência do MEB/Fortaleza, (3) permitiu-nos esboçar a seguinte situação problemática:

No que se refere às condições de vida e de trabalho, a história do camponês nordestino, em geral e cearense em particular, se confunde com a própria história da opressão e injustiça; trata-se de uma situação marcada pela contradição.

Em várias áreas onde prevalece esta situação, desenvolve-se uma prática de educação popular, concretizada através de comunidades de base orientado pelo MEB/Fortaleza, havendo diversas localidades em que o trabalho educativo tem possibilitado um processo de reflexão sobre essa realidade, e parece que se esboça a tomada de consciência face ao processo de expropriação que submete o camponês ao capital, e até um processo embrionário de luta.

No quadro exposto, as práticas educativas, das quais participam os camponeses, particularmente a prática de educação popular orientada pelo MEB, parece constituir um campo privilegiado de análise, pois acreditamos que na concretização do ato educativo entra em jogo não apenas a mistificação da ideologia dominante mas também o esforço de reelaboração ideológica e organização da classe dominada. Na medida em que as contradições das desigualdades sociais vão sendo desocultadas pelo camponês reflete-se no que fazer educativo, ampliando sua visão crítica. Dessa perspectiva, a educação constitui para as classes subalternas um instrumento útil à sobrevivência e até mesmo à sua libertação. (4)

Assim a pesquisa foi pensada tendo como referência, por um lado, a realidade concreta do camponês, e por outro, a prática pedagógica predominante na área, qual seja, a experiência de educação comunitária desenvolvida pelo Movimento de Educação de Base — MEB/Fortaleza. A pesquisa elegeu como núcleo problemático a compreensão das inter-relações que ocorrem entre:

a) as condições objetivas de existência;

- (2) DAMASCENO, M. N. *A experiência de um grupo camponês face à seca, e suas relações com a realidade sócio-educacional*. P. Alegre, CPGG-UFRGS, 1980. *Relatório da experiência de estágio no PRORURAL-SECE*. P. Alegre — CPGG-UFGS, 1981.
- (3) Os contatos foram realizados mediante a participação no IX Seminário Rural, promovido pela Arquidiocese de Fortaleza, ocorrido em COITÉ-Caucaia — jan./82 — através de visitas às comunidades da área de influência do MEB/Fortaleza.
- (4) PAIVA, Vanilda. Estado e educação popular: recolocando o problema. In Brandão, Carlos (Org.) *A questão política da educação popular*. S. Paulo — Brasiliense, 1980.

- b) a prática pedagógica do MEB vivenciada pelo pequeno produtor do sertão cearense;
- c) a consciência social, a organização do campesinato, tentando clarificar e qualificar suas vinculações com a vida material e o modo de pensar do grupo camponês.

Partindo desse problema básico, procuramos objetivar a condução analítica da pesquisa. Para isso, tentamos aplicar uma abordagem dialética que leva em conta as principais dimensões da realidade investigada, e que nos conduziu aos seguintes objetivos:

- a) análise da situação envolvendo as condições de existência e de trabalho do camponês inserido no contexto social e evolutivo de uma sociedade classista, explicitando os elementos que compõem a produção familiar do tipo camponês em sua articulação com o modo capitalista de produção;
- b) estudo crítico da prática educativa que o MEB/Fortaleza desenvolve na área, considerando fundamentalmente o conhecimento gestado ou reproduzido e as relações de poder que se estabelecem a partir dessa prática, buscando explicar o projeto político que a mesma defende e serve;
- c) exame do papel que a ação pedagógica vem exercendo na formação da consciência social e histórica do campesinato, averiguando em que medida a educação vivenciada contribui para reproduzir econômica, política e ideologicamente a sociedade desigual, ou para criar uma visão de mundo libertária e uma prática política voltada para a transformação da realidade opressora e injusta vivida pelo camponês.

O quadro de referência teórico adotado — o materialismo histórico evidencia que a estrutura e superestrutura da sociedade não constituem dois planos ou instâncias estanques, mas uma realidade dinâmica resultante das ações e relações produzidas pelos grupos, que interagem dialeticamente.

A partir deste arcabouço teórico privilegia-se as vinculações entre hegemonia, educação e consciência de classe, sendo destacada a importância da prática educativa e das relações sociais de produção na formação da consciência do camponês.

Definido problema da pesquisa, nossa preocupação voltou-se para a busca de uma metodologia de pesquisa que levasse em conta a estrutura e o movimento da realidade que pretendíamos investigar, visto entendermos que a pesquisa visa descobrir a estrutura oculta da realidade, pois toda ciência seria supérflua se a aparência e a essência do fenômeno coincidissem.

2. A METODOLOGIA DA PESQUISA

O que fazer do cientista social atravessa um momento de reflexão e crítica que não se restringe apenas ao método ou aos procedimentos técnicos, mas, acima de tudo, refere-se ao processo mais amplo da produção do conhecimento científico e às finalidades da própria ciência na sociedade contemporânea, ao contrário do debate anterior que se realiza no interior do próprio método.

A discussão tem enfatizado o caráter anti-histórico ou antidialético do processo de elaboração do conhecimento. Em função do próprio paradigma de ciência usado, o cientista tende a aprender a realidade como se esta fosse estática e pudesse ser captada através de uma "fotografia", quando, fundamentalmente, o cientista tem que problematizá-la e "levar em conta as estruturas e os movimentos sociais". (5) O processo científico deve, pois, consistir num esforço sistemático e crítico visando descobrir a estrutura oculta da realidade.

Numa abordagem metodológica crítica, o método científico adquire importância na medida em que se integra ao conjunto das relações que processam a elaboração do conhecimento. Contribui, assim, para a integração entre a parte (o fenômeno estudado) e o todo (a teorização). É nesta perspectiva que assume importância a metodologia crítico-dialética, entendida aqui como um instrumento apropriado na captação dos fatos sociais e, sobretudo, na análise interpretativa dos mesmos com vistas à transformação da realidade.

De fato, a característica fundamental do modo de pensamento dialético reside na tentativa de compreensão total da realidade social. Por essa razão, observamos nesta forma de pensamento uma preocupação constante com a integração empírico-teórica, isto é, com o movimento que vai do todo às partes e destas ao todo. Reconhe-se que um elemento adquire significação quando é inserido ao conjunto que lhe dá coerência. E este elemento, ao integrar-se, modifica o todo, caracterizando o conhecimento como um processo em contínua transformação.

No caso das ciências sociais, esta parte do todo refere-se ao grupo, uma vez que nenhuma ação humana tem como sujeito o indivíduo. O sujeito da ação humana é sempre o "Nós". E o todo é entendido sempre na perspectiva dialética das classes sociais (teoria das classes sociais). Daí a consciência de classe ser entendida por GOLDMANN como "o conceito fundamental em ciências his-

(5) THIOLENT M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*, São Paulo, Pollis, 1982.

tóricas e sociais", e como "o principal conceito operatório do pensamento dialético". (6)

Portanto, o caminho metodológico dialético consiste em ir ao fato empírico (imediatos) para a visão conceitual (mediato) e vice-versa. Isto significa que, do ponto de vista lógico, a dialética constitui-se num circuito de relações que envolve duas metades, complementares e contraditórias: o semicírculo indutivo, que termina pela produção da idéia (abstração, a partir da experiência); e a atividade operatória, que desce da idéia universal ao conhecimento das partes a que ela se aplica e se exprime na ação transformadora sobre a realidade particular. Este constitui o semicírculo dedutivo do ato unitário do conhecimento. (7)

Essa característica definidora do método dialético torna possível apanhar e trabalhar os elementos contraditórios da realidade social. Na verdade "a dialética, como lógica do movimento, resolve as contradições que uma lógica apenas estática não pode e não consegue eliminar". (8)

Tendo em vista a preocupação fundamental na escolha de um método científico, deve ser sua adequação à realidade teórico-empírica investigada, a metodologia dialética apresenta-se como uma alternativa metodológica apropriada ao estudo das relações entre a consciência e as práticas que se desenvolvem na sociedade camponesa. Ela nos permite que a apreensão e a análise da realidade seja estudada sob "duplo enfoque" (9) ou "dupla perspectiva". (10) O emprego desta abordagem torna possível a captação e a interpretação, tanto dos níveis de internalização da concepção de mundo dos grupos dominantes que atuam condicionando e fragmentando a consciência popular, quanto dos níveis alcançados pela consciência histórico-crítica, além do desenvolvimento dos processos educativos e organizativos que se orientam no sentido da transformação da sociedade.

A reflexão crítica acerca da natureza do processo de produção da ciência recai também sobre os procedimentos técnicos destinados à apreensão da realidade empírica, uma vez que estes, como já ressaltamos, são elementos integrantes do processo de investiga-

(6) GOLDMANN, L. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 94.

(7) PINTO, A. V. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p. 33.

(8) CARPEAUX, M. Otto. In: FREDERICO, C. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo, Ática, 1978, p. 12.

(9) PAIVA, Vanilda. *Estado e Educação Popular: Recolocando o Problema*. In: BRANDÃO, Carlos, org. *A questão política de educação popular*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

(10) MANFREDI, S. M. *A educação popular ao Brasil: uma leitura a partir de Antônio Gramsci*. *Ibidem*.

ção, entendidos como um todo. A crítica relativa ao modo de obtenção das informações foi desenvolvida principalmente “pela sociologia fenomenológica e pela sociologia crítica”. (11)

A contribuição da sociologia fenomenológica (12) nos permite repensar as relações entre os pólos investigador e investigado, no sentido de assegurar comunicação entre ambos, situando-os como parceiros de uma atividade comum. Torna-se necessário redimensionar os procedimentos técnicos de pesquisa, tais como entrevista e observação, de maneira que permitam os investigados posicionarem-se e participarem como *sujeitos* e não como objetos da pesquisa, possibilitando, ao mesmo tempo, a apreensão da realidade por parte do pesquisador.

É importante enriquecer esta discussão com a contribuição crítica de BOURDIEU (13) acerca da metodologia de investigação. O ponto nevrálgico da reflexão do citado autor refere-se ao modo como são concebidos e aplicados os instrumentos e técnicas de coleta de informações, quer pelos cientistas sociais da tendência espontaneísta, quer pelos partidários do modelo empiricista de ciências. Em sua opinião, o fundamental na pesquisa social é a definição clara dos pressupostos teóricos, que devem nortear todo o processo investigativo.

Portanto, quando tratamos de definir os procedimentos técnicos para a obtenção das informações, é importante não esquecer que os procedimentos da coleta de informações adquirem significação na medida em que se mostra adequados à teoria e à realidade investigada. Por conseguinte, uma técnica como a entrevista não diretiva, se de fato for concebida e aplicada partindo da premissa de que não pressupõe nenhuma teoria ou problemática prévia, a rigor, torna a pesquisa impossível uma vez que uma das características marcantes da pesquisa científica é a teorização como ponto de partida, a qual gera as hipóteses que, por sua vez, guiam a coleta de informações.

Assim, num processo de pesquisa (verdadeiramente científico) não é suficiente focarmos a entrevista não diretiva sobre uma temática qualquer e deixar que o pólo investigado conduza a conservação para onde quiser. Não resta dúvida que se faz absolutamente necessária uma problemática que direcione os procedimentos de coleta de informações, quer se trate da entrevista, quer da observação sistemática, demarcando não apenas seu foco, mas também seus limites.

(11) THIOLENT, ob. cit., p. 23.

(12) SCHUTZ, P. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

(13) BOURDIEU, P. et alii. “El oficio del sociólogo: presupuestos epistemológicos”, Siglo Veintiuno, 1973.

É válido destacar que, via de regra, esta problemática implicitamente sempre existe, fazendo-se necessário não deixá-la à sombra, mas explicitá-la com o máximo de clareza, para que o pólo investigador não imponha “irreflexivamente” ao pólo investigado. Isso porque a teoria, implícita na prática, quanto menos consciente, mais possibilidades tem de não ser controlada, e portanto, de ser inadequada ao objeto de estudo em sua especificidade. (14) É exigida a explicitação dos pressupostos que norteiam a investigação.

Ora, sem uma teorização previamente definida, parece impossível que o pesquisador possa assegurar o “controle metodológico”, (15) ou a “vigilância epistemológica”, (16) para cuja efetiva-

Essa reflexão crítica não deve ser entendida como uma condenação pura e simples das técnicas não diretivas. A preocupação é bem mais ampla. De fato, há que se ressaltar que a validade de uma técnica científica depende de sua inserção num projeto de pesquisa que comunique com clareza a teoria que o direciona. A ausência ou deficiência desta explicação teórica (ainda que entendida como uma direção provisória) prejudica a coerência do processo de pesquisa em termos de definição da problemática prévia, coleta de informação e interpretação da realidade aprendida.

Por conseguinte, a concretização de pesquisas em realidades sociais dinâmicas, como a consciência social e a educação, baseadas na teoria de classes sociais, requer, necessariamente, o emprego de técnicas apropriadas que permitam a captação de informações de ordem qualitativa. Deve ser ainda acrescentado que os estudos de cunho puramente quantitativistas correm o risco de apanhar tão-somente a aparência do fenômeno e não a sua estrutura. No caso da pesquisa sobre consciência de classe, os procedimentos de coleta fechados, tipo questionário ou entrevista estruturada, tendem a captar, no máximo, a consciência real, posto serem inadequados ao estudo da consciência possível. (17)

Em nome da “neutralidade científica”, os pesquisadores sociais empiristas constroem e impõem à população investigada situações de pesquisa que não levam em conta os desníveis sócio-culturais, as diferenças de comunicação existentes entre investigador e investi-

(14) BOURDIEU, *Ibidem*, p. 60.

(15) Consultar Thiollent, M. ob. cit., p. 21.

(16) A expressão é empregada por BACHELARD, Gaston. *La formation de l'Esprit scientifique*. Paris, Jvrin, 1970 e por BOURDIEU outros, ob. cit.

(17) Consultar Rainho, F. *Os peões do grande ABC*. Petrópolis, Vozes, 1980, p. 20.

gado. (18) Em consequência, obtém não uma adequada representação do real, mas uma realidade distorcida. Em razão disto, as análises acabam considerando diferente o que na realidade é idêntico, equiparando elementos que são diferentes, comparando o incomparável e deixando de comparar o que é comparável. (19)

Ao analisar o problema da neutralidade das ciências, MENEZES destaca que a concepção da ciência como atividade neutra é, "contraditória em si mesma, pois que significa atribuir-lhe o valor de neutralidade como uma atitude de preferência a outra possíveis", e acrescenta que "sustentar a neutralidade da ciência representa de fato uma forma de ocultação ideológica de seu caráter histórico e de seu compromisso com os interesses dominantes". (20)

Assim, pensamos ser extremamente importante compreender que o problema da adequação dos procedimentos metodológicos à realidade pesquisada não reside, fundamentalmente, na construção de instrumentos rigorosos e refinados em si mesmos. Tampouco a questão se resolve pelo caminho do puro espontaneísmo, pois isto não evita que as formulações dos sujeitos investigados sejam substituídas por aquelas de quem investiga, obtendo-se uma mescla falsamente científica e falsamente objetiva. (21)

O fundamental é o pesquisador compreender que a verdade que pretende alcançar relaciona-se com os limites do sistema teórico adotado. Portanto, uma solução aproximativa consiste em ampliar o horizonte teórico, aprofundar o confronto crítico e manter um grande esforço para explicitar as *crenças, aspirações e ideologias* (22) desde o início da pesquisa.

3. CATEGORIAS DE ANÁLISE

As categorias de análise apresentadas a seguir, estão inteiramente ancoradas no marco de referência teórico e constituem uma medida de especificação dos pontos sob os quais incidem a análise realizada no presente trabalho.

Em primeiro lugar gostaríamos de lembrar que todo o esforço analítico desenvolvido, tem como eixo central a tentativa de aplicação do método dialético, mediante o qual buscamos aprender e

(18) Os estudos tanto de Schatzman quanto de Bernstein mostram que existem diferenças de comunicação em função das classes sociais. Consultar a respeito ROBINSON, M. *Linguagem comportamento social*. S. Paulo, Cultrix, 1977. (Especialmente o cap. 3).

(19) BOURDIEU, *op. cit.*, p. 56.

(20) MENEZES, B. E. Diatay. Sobre a neutralidade das ciências. *Ciências Sociais*, Fortaleza, 9 (1 e 2): 17, 1978.

(21) BOURDIEU, *op. cit.*, p. 57.

(22) MENEZES, Diatay, *op. cit.*, p. 24.

interpretar as inter-relações entre as realidades objetivas e subjetivas, ou seja, entre as instâncias infra-estrutural e superestrutural. A partir deste ponto, foi possível pensar o encaminhamento analítico que comporta três níveis de análise, e dentro de cada nível explicitamos as categorias.

O primeiro nível de análise se alicerça no conceito marxista de relações sociais de produção, com base no qual procuramos proceder uma análise da situação do camponês. Especificamos aqui duas categorias básicas:

a) — a composição do grupo camponês, tendo como elementos as frações que o compõe;

b) — a sujeição da pequena produção camponesa ao capital os elementos considerados aqui foram — o trabalho familiar, a posse e o uso da terra, as outras condições de produção e a comercialização dos produtos agrícolas.

O segundo nível de análise tem por eixo o conceito gramsciano de hegemonia, trata então das relações entre hegemonia e educação, procura situar a função exercida pela educação sob o duplo enfoque da reprodução e da transformação social. Trabalhamos nesta parte com três categorias principais:

a) — a proposta educativa do IEB inserido no projeto mais amplo de educação católica, os elementos considerados foram — a concepção de homem, de sociedade, o projeto político explícito ou implícito e próprio conflito ideológico contido no discurso da proposta da Igreja;

b) — o saber reproduzido ou elaborado no curso da prática de educação comunitária do MEB, destacando a formação e a ação solidária desenvolvida através da prática pedagógica;

c) — as relações de poder gestadas ou reproduzidas através desta ação educativa, consideramos aqui as relações entre: instituição e agente externo; agente externo e agente interno (líderes) e agente interno e grupo de base.

No terceiro nível nos apoiamos nos conceitos de hegemonia e consciência de classe real e possível; há todo um esforço no sentido de compreender as vinculações entre as realidades objetiva e subjetiva. Definimos três categorias básicas:

a) — a auto-identificação como classe, impressa mediante a existência de traços ideológicos específicos de classe, e interesses reais de classe;

b) — concepção e atitudes face ao processo político;

c) — o projeto camponês, isto é, a organização e a prática política do campesinato da área.

4. PROCEDIMENTOS PARA A OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES

Na parte empírica da pesquisa é utilizada uma metodologia do tipo "estudo de caso" com um longo período de permanência" na vila São Marcos — Aracoiaba-Ceará. Este fato possibilitou o emprego de múltiplos procedimentos de coleta, como a observação participante, a entrevista enfocada e o estudo da documentação, de cujo processo resultou um risco material informativo.

4.1.) — ESTUDO DA DOCUMENTAÇÃO

Por documentação estamos nos referindo tanto aos documentos básicos que definem diretrizes educacionais (pressupostos e finalidades), quanto aos planos operativos, programas, propostas, projetos, que direcionam as ações dos agentes-educadores, e ainda, os materiais didáticos (livros, cartilhas, impressos, cartazes, etc.) que se relacionam mais diretamente com as atividades dos grupos. Com este tipo de análise, pretendemos sobretudo averiguar em que medida existe coerência entre o discurso contido na aludida documentação e a prática pedagógica.

4.2.) — OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Durante o período necessário para a coleta de informações utilizamos a observação sistemática e direta (23) tendo como foco aqueles aspectos da realidade que corresponde à temática da pesquisa. Esta foi realizada em diferentes locais e situações: na casa dos camponeses, nos locais onde se desenvolvem as práticas pedagógicas, em reuniões e encontros envolvendo os vários grupos, no comércio local, em situações políticas como comícios, comitês políticos, sindicatos, em situações de ajuda mútua como mutirões.

Nos fatos e situações concretas, objeto da observação direta, consideramos importante observar o ambiente, os atores sociais, o relacionamento entre os atores em termos de harmonia ou conflito social, a linguagem que utilizam para comunicar-se (inclusive a não verbal), os modos de operar e de pensar.

(23) Durante o período necessário para realizar a pesquisa de campo, decidimos morar na área, visando uma melhor comunicação com os grupos estudados e uma visão mais adequada da realidade investigada.

Os fatos e situações observadas foram registrados de maneira completa e com o máximo de precisão, evitando-se confiar na memória do observador. Os registros foram feitos, durante, ou após a observação, num caderno do tipo Diário de Campo.

4.3.) — ENTREVISTA

A temática da pesquisa permite empregar basicamente *entrevista enfocada*, quando necessário, utilizamos também a *entrevista semi-estruturada* que supõe um maior direcionamento do processo por parte do pesquisador.

Quanto ao número de participantes, trabalhamos com três tipos de entrevistas — individual, familiar e grupal.

a) — *Entrevista individual* foi realizada com aquelas pessoas que, a nosso juízo, aparecem como podendo oferecer contribuições relevantes para a pesquisa, tais como agentes-educadores, líderes, formais ou informais, camponês que de algum modo se destaque, pessoas que demonstrem melhor conhecimento da área, camponeses sindicalizados, elementos representativos dos pequenos proprietários, parceiros e posseiros.

b) — *Entrevista familiar* o grupo familiar é considerado aqui como a unidade básica da investigação, no sentido de que corresponde à unidade produtiva camponesa, além de permitir verificar as relações microsociais que ocorrem entre: a família e os processos educativos e produtivos.

c) — *Entrevista grupal* consideramos que este tipo de entrevista deveria ser realizado após havermos nos inserido nos vários grupos e efetuado uma série de entrevistas individuais e familiares. Esta modalidade de entrevista foi usada objetivando complementar e aprofundar informações obtidas, bem como para explorar contradições evidenciadas no processo de captação da realidade.

Durante todo o processo de obtenção de informação, cuja fase mais intensiva durou oito meses, realizamos uma grande quantidade de entrevistas, notadamente de entrevistas familiares. Para dar uma idéia, basta lembrar que trabalhamos sistematicamente com 56 fa-

mílias camponesas e com cada uma delas fizemos em média três entrevistas: na primeira, conversamos sobre as condições de vida e de trabalho do camponês da área; na segunda, a conversa centrou-se na ação educativa, sobretudo aquela realizada através da comunidade de base e, na última, tratamos da concepção e atitudes dos habitantes locais face à política, às informações que eles tinham sobre partidos políticos e, enfim, à participação deles nos partidos políticos e no sindicato dos trabalhadores rurais.

No curso das entrevistas tivemos sempre em mente a problemática da pesquisa particularmente as categorias investigadas. A definição do caminho a seguir no desenvolvimento de cada tipo de entrevista foi determinado, em parte, pela própria prática. Assim, ao iniciarmos cada fase da investigação procuramos realizar algumas entrevistas-piloto, a partir das quais foi possível selecionarmos as questões mais relevantes. Certamente, nos auxiliou muito nesta tarefa o processo contínuo de observação participante em decorrência de nossa permanência na localidade por oito meses consecutivos.

Julgamos oportuno salientar que visando garantir uma maior fidedignidade das informações, além das entrevistas-piloto já referidas, procuramos fazer perguntas semelhantes em diferentes situações e com diferentes grupos; bem como, proceder o confronto crítico entre os dados coletados através de entrevistas e aqueles obtidos mediante a observação participante.

4.4.) — ROTEIRO PARA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Na elaboração do roteiro, levamos em conta o referencial teórico e a realidade do camponês objeto da pesquisa. Entendemos que o roteiro deve consistir numa tradução dos aspectos fundamentais norteadores do estudo. Assim, construímos um conjunto de itens e questões abertas que orientaram os vários procedimentos de coleta de informações.

A natureza eminentemente qualitativa da pesquisa não comporta uma testagem de instrumentos própria da investigação convencional, no entanto, como já nos referimos anteriormente, tivemos de realizar algumas entrevistas-piloto objetivando àquelas questões ou itens que se revelassem mais potentes no sentido de permitir a apreensão da realidade estudada.

5. SÍNTESE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

1) — Em termos de realidade empírica, nossa atenção dirigiu-se inicialmente para a análise da situação do grupo de base que vivencia a prática educativa estudada. Este é constituído por camponeses que reproduzem sua força de trabalho, cultivando a terra diretamente na qualidade de proprietário, posseiro ou parceiro, empregando nessa atividade o trabalho familiar.

O referido grupo compõe a classe camponesa, uma das classes subalternas da sociedade capitalista. Examinando a realidade dos lavradores da área, constatamos que os mesmos não formam um grupo totalmente homogêneo. Sendo possível decompô-lo em três subgrupos ou frações da classe camponesa:

- a) os camponeses pobres (52% das famílias), aqueles que não têm terra suficiente para trabalhar, por isso vivem na condição de parceiros;
- b) os camponeses semiproprietários ou posseiros (41% das famílias);
- c) os pequenos proprietários (7% das famílias).

Verificamos também que parte do produto gerado pelo trabalho camponês é subtraído pelo capital. Esta apropriação realiza-se através de dois mecanismos básicos: o juro proveniente dos empréstimos contraídos pelo pequeno produtor direto, e o baixo preço dos produtos agrícolas, decorrentes do processo de circulação capitalista. Com efeito, estes dois elementos estão profundamente inter-relacionados. O pequeno lavrador recorre ao empréstimo, em virtude de sua situação de permanente endividamento, resultante do controle exercido pelo capital, que incapacita o camponês de gerar uma acumulação mínima, para autofinanciar sua unidade de produção camponesa. Este estado de dívida constante é assegurado, sobretudo, pelo modo como se processa a comercialização da produção camponesa. O jogo do mercado capitalista faz com que os produtos agrícolas sejam cotados por um preço sempre inferior ao seu valor real. Disso resulta a criação de um sobretrabalho pelo camponês que é apropriado pela burguesia.

A consequência visível é o estado de pobreza generalizado, o que torna os camponeses uma enorme massa de “despossuídos do sistema”. Estes sobrevivem com dificuldades, posto que toda renda gerada é transferida para as classes dominantes da sociedade capitalista.

2) — A parte nuclear de nosso trabalho consiste na análise da educação comunitária do Movimento de Educação de Base (MEB).

Assinalamos que uma compreensão adequada do projeto de educação católica na época contemporânea supõe o entendimento da posição ocupada pela Igreja Católica na sociedade moderna. Mostramos que a toda poderosa Igreja do período feudal não apenas teve seu poder temporal muito reduzido, mas também teve sua hegemonia moral e espiritual rompida graças a tendência à secularização, um dos traços marcantes da sociedade contemporânea. Nesta se observa a prevalência dos chamados valores modernos ou profanos, sobre os religiosos-cristãos.

Na verdade, a proposta educativa-evangelizadora católica constituiu o núcleo de um projeto mais amplo voltado para o restabelecimento da fé religiosa. Trata-se de uma luta pela reconquista da hegemonia moral e religiosa, enfim, pela construção de uma sociedade humanista cristã. A raiz histórica dessa concepção de sociedade de base cristã se encontra na teologia francesa de orientação personalista-existencialista. Essa nova sociedade tem como suportes: o pluralismo econômico e político, o solidarismo entre as classes sociais e o respeito à dignidade da pessoa humana. Chamamos a atenção para o fato de que nessa concepção solidarista de sociedade acredita-se que a força do "espírito cristão" seja capaz de superar o conflito existente entre as classes sociais. Isso equivale a crer na possibilidade do entendimento entre classes estruturalmente opostas, na medida em que as mesmas sejam penetradas pelo espírito cristão, isto é, sejam convertidas aos valores evangélicos.

Coerente, portanto, com essa concepção de sociedade, aflora com todo vigor, o projeto de educação como conversão, na qual postula-se que, para mudar a sociedade vigente, a pré-condição consiste em mudar a mente e o coração do homem, convertendo-o aos valores do cristianismo.

Esse ideário da educação como conversão, dirige-se para a educação das camadas pobres da população, sobretudo dos camponeses. Ele segue a lógica da conversão da massa em povo. A base teórica pode ser atribuída a JASPERS, para quem a massa é irracional, carente de ordem e inconsciente em si mesmo. Enquanto o povo é algo positivo, ordenado, consciente de seu modo de viver e de pensar. Essa conversão se opera pelo solidarismo cristão, que transforma a massa amorfa em povo. Em última instância, essa prática educativa tende a amortecer o conflito social existente entre os proprietários do capital e as classes trabalhadoras urbanas e rurais.

3) — Em concordância com essa concepção, a prática educativa do MEB desenvolve dois processos complementares: "a formação voltada para o desenvolvimento da pessoa, e a ação solidária orientada para o trabalho comunitário. A formação da pessoa reali-

za-se tendo por conteúdo básico a mensagem bíblica e os valores cristãos. Deste núcleo emerge, quer a denúncia dos valores inumanos da sociedade moderna, quer o anúncio da nova sociedade base cristã, ancorado no solidarismo, na vivência fraterna, mística da comunhão".

Observamos que a reflexão sobre a realidade é induzida pela leitura dos textos bíblicos, e a análise dos problemas do camponês é feita tendo o Evangelho como referência, havendo uma forte tendência em reproduzir o discurso progressista da Igreja. Notamos também que a denúncia realizada pelos camponeses referente à sociedade vigente é coerente com a orientação da Igreja, centra-se na crítica aos valores inumanos da sociedade moderna, posto tratar-se de uma sociedade que destrói a pessoa humana e espírito fraterno das comunidades rurais.

Ao investigarmos o processo de denúncia, chamou a nossa atenção o fato de as discussões empreendidas nas reuniões evitarem sistematicamente os problemas estruturais concretos ligados às condições de vida e de trabalho do camponês. A razão para este modo de proceder decorre da orientação recebida pela Igreja, cuja ênfase recai sobre a harmonia social, o que implica no conseqüente mascaramento do conflito social.

A outra dimensão da conversão é o anúncio, profundamente vinculado ao qual desenvolve-se a noção de libertação e de educação libertadora. Esta é elaborada de acordo com os fundamentos do personalismo cristão, que valoriza, sobretudo, o "eu profundo individual". Por conseguinte, a educação libertadora preocupa-se com a conversão do homem, como sujeito do seu próprio desenvolvimento. Fica claro que essa educação procura atuar como um antígeno contra os valores da modernidade: massificação, secularização e des cristinização da sociedade contemporânea.

Complementando a formação solidarista, tem lugar o trabalho comunitário, realizado sob forma de mutirões e de projetos de desenvolvimento comunitário. Constatamos que as famílias que mais se beneficiam com tais projetos são aquelas que têm melhores condições econômicas e um pouco mais de saber e que, por isso, exercem a liderança da comunidade. A questão das desigualdades sociais não constitui objeto de preocupação, basicamente pelas seguintes razões: as pessoas não refletem sobre o assunto posto que as lideranças são quase todas do grupo que está sendo beneficiado; a própria ideologia da Igreja, excessivamente preocupada com o solidarismo, sua forte pregação concernente à harmonia social, acaba relegando para um plano secundário as diferenças reais existentes na própria comunidade. Acrescente-se a tudo isto a força da ideologia dominante que procura a todo custo ocultar o conflito social.

A nosso ver, o problema da discriminação a nível local, reflete o problema mais amplo das desigualdades e do conflito proveniente do fato de vivermos numa sociedade classista. Julgamos extremamente grave a prática educativa ser realizada não no sentido de ajudar o camponês a enfrentar essa realidade conflituosa, mas sim, para mascarar a mesma. Isso ocorre principalmente porque a educação comunitária é concebida e concretizada com base numa microvisão social localista, desconectada dos processos decisivos e decisórios da sociedade global. Nesta não há a preocupação de refletir sobre as instâncias estruturais, as relações sociais de produção e sobre a articulação entre campesinato e capital. Enfim, a ação comunitária é reduzida ao associativismo.

Observamos também a contradição existente entre o discurso, que enfatiza a harmonia, a libertação, a justiça; e a prática cotidiana vivida pelo camponês, marcada pela opressão, a injustiça e o conflito social. Assinalamos que não se trata de uma realidade específica da área investigada; esta insere-se na ambigüidade mais ampla da Igreja. Uma das vias que explica este hiato é a natureza do discurso da Igreja, que anuncia princípios, porém não é acompanhado de uma prática adequada e conseqüente. Um discurso no qual a dominação não é pensada como sendo resultado das relações entre classes (dominantes e dominados), mas como uma manifestação da cultura moderna portadora de valores não cristãos. Um discurso que aspira à justiça, contudo, não oferece os meios para atingi-la em situações concretas, pois a dialética de classe é subestimada.

Mostramos a gravidade dessa situação considerando que a sensibilização das camadas populares, sem uma prática conseqüente, pode gerar impotência ou alienação. O grupo corre o risco de pensar que o discurso sobre a história é suficiente para transformá-la. A reflexão desenvolvida nas reuniões tornou-se algo quase místico, a tal ponto que o ato de reunir parece ser um substituto para a prática política que se lhes afigura pouco viável.

Entendemos que esse posicionamento da Igreja decorre de sua concepção idealista da história. Nesta visão as relações econômicas aparecem como elementos secundários, e a luta de classes que se funda em interesses materiais é escamoteada. Em virtude dessa base idealista, o discurso católico consegue tão-somente repudiar os pecados sociais gerados pelo capitalismo. Não pode explicá-lo, tampouco destruí-lo ideologicamente. E sem este momento, torna-se difícil a concretização de uma prática social e política transformadora.

4) — Quanto às relações pedagógicas que se estabelecem entre agentes e os camponeses na prática educativa mebiana foi possível descobrir duas modalidades básicas de ação: o “modelo do agente”

e o “modelo do povo”. No modelo do agente as relações que ocorrem são reconhecidamente autoritárias, tendo em vista que o suposto fundamental deste modelo é a posição do agente como detentor do conhecimento, que deve ser transmitido para as bases. Para a concretização deste modelo faz-se necessária a figura do líder ou animador de comunidade. Trata-se de um elemento da localidade que participa dos treinamentos e encontros, promovidos pelo MEB e sua função é reproduzir junto à base a mensagem recebida. Assim, todo o trabalho educativo é montado, tendo como eixo a mensagem bíblica e os valores cristãos, visados, portanto, a ampliação do domínio da Igreja.

Outro caminho palmilhado pelo MEB reside na tentativa de aplicação do “modelo do povo”. Neste os agentes partem do suposto, que a verdade se encontra no povo: os valores positivos do cristianismo, a religiosidade popular, a vida comunitária, enfim, a base do solidarismo já está presente no próprio povo. Nada mais lógico do que deixar que as idéias nasçam da experiência do povo.

Na prática, essa abordagem supostamente espontaneísta gera relações dominadoras, pois, em última análise, não é o grupo de base que determina o curso da sua prática social e educativa e sim os agentes. Trata-se de uma “pedagogia indutivista”⁽²⁴⁾ que não impõe de forma direta a mensagem, mas induz o grupo a assimilá-la. Os agentes afirmam que as idéias nascem do povo. Verificamos, entretanto, que a fonte do discurso do grupo estudado é a mensagem solidarista da Igreja. Constatamos que o uso da Bíblia como indutora da reflexão, a crítica da realidade tendo o Evangelho como referência, os projetos comunitários foram induzidos pelos agentes.

5) — Em conexão com o tipo de educação preconizado, adquire importância a noção de consciência, no sentido de tomada de consciência, da dignidade da pessoa humana, e não em termos de consciência de classe. Isso ocorre porque na perspectiva do personalismo cristão, a consciência é concebida como uma entidade que independe da realidade estrutural e histórica do homem. O fato de postular-se que a consciência antecede a ação dá origem à educação conscientizadora. Acredita-se ser viável a aquisição da consciência independentemente da prática social e política, nas reuniões, encontros, salas de aula. Na prática, estas atividades parece que substituem a ação política.

Na realidade, essa visão idealista da consciência se opõe à concepção objetiva, segundo a qual a formação da consciência

(24) Trata-se de uma tentativa de fazer ressurgir o “populismo indutivista” da época da Ação Católica. Ver PAIVA, V. — *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*, op. cit., p. 203.

ocorre dialeticamente, mediante a ação e a reflexão, tendo como suporte o confronto das relações sociais que o homem desenvolve, entre as quais se incluem as relações de produção e a política do grupo.

A análise do modo de pensar do camponês revelou que este não é um alienado no sentido marxista do termo, tendo em vista que ele sabe com clareza a sua função na produção da riqueza da sociedade. Tem consciência também que a pobreza é um fenômeno social que se reproduz historicamente em decorrência da estrutura social classista. Em suma, ele possui uma nítida compreensão da funcionalidade contraditória do camponês e do seu trabalho. Contudo, a apreensão de traços ideológicos específicos de classe não nos permite concluir, apressadamente, que a consciência de classe real existente seja coerente e adequada à realidade. De fato, coexistem com os interesses reais de classe outros interesses contrários ao camponês e modos de pensar a realidade contraditórios entre si, o que torna a consciência do camponês uma realidade fragmentada. Isso ocorre pela contaminação ideológica das classes econômicas, política e culturalmente dominantes.

Essa fragmentação da consciência traz conseqüências sérias em termos políticos, pois uma concepção de mundo contraditória não consegue gerar uma prática social e política homogênea e adequada à realidade. Tal fato explica o realismo imediatista do camponês, concernente à política partidária. Vimos que o campesinato percebe o caráter artificioso e antidemocrático da política coronelista do Nordeste. Contudo, na maioria das situações concretas, prevalece o relacionamento paternalista, entre o camponês e o grupo dominante. Enfatizamos que isso ocorre, sobretudo, porque foram mantidas as regras do jogo político de dominação-subordinação, que teve sua origem no colonialismo. Assinalamos que a manutenção deste esquema político visa garantir a continuidade do sistema social vigente. E por outro lado, que este sistema se mantém, porque as classes trabalhadoras não encontraram o caminho adequado, qual seja a organização e a prática sócio-política, orientadas para a transformação estrutural e política da sociedade.

Isso ficou claro no caso do campesinato, quando analisamos as diversas formas de mobilização e participação popular, usadas pelo camponês. A organização em comunidade eclesial de base, por fundamentar-se numa concepção idealista da história, produz um discurso genérico e ações solidárias marcadas pela "comunhão mística" e pelo imediatismo. A alternativa de uma organização em termos de classe representada pelo STR tem se revelado bastante contraditória com uma história de luta e de manipulação por parte do Estado e da Igreja.

6) — Em resumo, o estudo que empreendemos evidenciou que durante o período sombrio do autoritarismo vivenciado pelo povo latino-americano, o Estado manteve um rígido controle sobre a sociedade civil. A Igreja foi praticamente o único espaço que não esteve totalmente dominado pela "sociedade política". Em conseqüência, essa instituição desempenhou importante papel no processo de mobilização das camadas populares. Sob essa ótica as CEBs, de um modo geral, e o MEB em particular deram uma contribuição relevante, pois, através da política pastoral e educativa, pastoral e educativa conseguiram viabilizar uma forma de organização popular. Embora seu eixo específico seja a problemática religiosa e não a prática sócio-política, não resta a menor dúvida de que este trabalho da Igreja tem uma importância política inequivocamente a situação das classes populares (no que se refere à sua capacidade de mobilização e nível de consciência), seria ainda menos adequado à realidade, caso estas tivessem sofrido a intervenção educativa da Igreja.

A crítica realizada teve o propósito de contribuir construtivamente. Evidenciamos os limites inerentes ao aparelho religioso, salientamos que não cabe primordialmente à Igreja assumir "a vanguarda do processo de mudança social e político". (25) A compreensão dessa limitação da Igreja é fundamental, neste momento histórico, em que os espaços da sociedade civil estão gradativamente sendo reconquistados por organismos estruturalmente vinculados às classes trabalhadoras; entre os quais se destacam os sindicatos e os partidos políticos de oposição (estamos nos referindo à oposição autêntica). As referidas organizações constituem instrumentos apropriados de representação de classe e de articulação entre a sociedade civil e a sociedade política. Estes órgãos têm se revelado historicamente adequados na condução do processo de mudanças referentes ao poder político e a base econômica da sociedade.

(25) FREI BRITO, *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 39.